



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Clipping – Cuiabá/MT, 01 de abril de 2011.

01/04/2011 - 01h28

## Hospitais universitários vão ganhar núcleos especializados para desastres

Daniel Mello  
de São Paulo

Os hospitais universitários federais vão ganhar núcleos especializados para agir em situações de desastres e catástrofes, segundo informou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. "A ideia é que seja algo capilar, em todo o Brasil, que possa ser acionado em situações pequenas, ou em grandes desastres", disse após participar, e encontro sobre o tema promovido pela Universidade Federal de São Paulo.

O ministro também afirmou que será criado um cadastro de voluntários para dar suporte ao trabalho de atendimento às vítimas de situações extremas. Segundo Padilha, os núcleos dos hospitais deverão somar forças com os mais de 1.700 profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para prestar socorro às vítimas de desastres.

Um grupo de 40 profissionais já foi capacitado nos hospitais universitários do Rio de Janeiro e atuou nos deslizamentos que atingiram a região serrana fluminense no início do ano. "Essa ação evitou uma grande epidemia de leptospirose no Rio de Janeiro", disse.

Padilha acrescentou que deverá ser estabelecida uma padronização dos procedimentos para essas situações. "Estamos profissionalizando cada vez mais as ações do conjunto do SUS [Sistema Único de Saúde], do ministério e das secretarias estaduais e municipais para reagir a situações de catástrofes e desastres, porque esse é um grande problema de saúde pública hoje".

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=363888>

01/04/2011

Blog da Sandra Carvalho

Governo comprou e fechou hospital de Guiaratinga.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

## Pacientes arriscam nas estradas por atendimento

Nesta última segunda-feira (28), três pessoas que estavam numa Toyota Pick-up morreram quando o veículo se chocou com um ônibus da Secretaria de Saúde de Guiratinga lotado de pacientes. Um paciente também morreu e vários ficaram feridos. A cena dramática provocou momentos de pânico. A população de Guiratinga está revoltada por acreditar que se o Hospital Santa Maria Bertilla não tivesse sido fechado após ter sido comprado pelo Governo do Estado, essas pessoas não precisariam se deslocar em busca de assistência médica.



A revolta dos moradores de Guiratinga tem endereço certo. Em 2005 o Governo do Estado comprou o Hospital Santa Maria Bertilla com a promessa de reativa-lo já que a Missão Salesiano estava enfrentando dificuldades para administra-lo.

Na compra do hospital, o Governo do Estado pagou R\$ 500 mil.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Outros R\$ 200 mil foram aplicados na aquisição dos equipamentos (entre eles, o de raio-x). Um convênio assinado pelo governador Blairo Maggi e pelo prefeito Hélio Goulart, no valor de R\$ 200 mil, permitiria a execução de obras de reforma do pavilhão do hospital e a implantação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps). Hoje, o prédio (cujo tamanho se assemelha ao pronto socorro de Cuiabá) serve apenas para o Caps e a sede da Secretaria de Saúde do município.

O restante das dependências está fechado há anos. Leitos, colchões e até objetos em condições de uso estão empoeirados e jogados pelo chão.



Na solenidade de assinatura do convênio para compra do hospital, o então governador Blairo Maggi disse que "o momento é de reconstrução". Ele se referia ao fato de o Município ter sido, entre o fim de década de 70 e o começo da década de 80, uma referência justamente no setor de Saúde. E citou o próprio Hospital Santa Maria Bertila como exemplo dessa referência para a Região Sul de Mato Grosso, uma vez que atendia casos de moradores de Rondonópolis (a 110 km de Guiratinga), que hoje já conta com um Hospital Regional.



Maggi ainda disse que essa aquisição fazia parte da estratégia do seu governo de compra de hospitais privados. Fez com o Santa Maria Bertilla o que fez com o Hospital Modelo e o São Tomé, em Cuiabá, que nunca mais voltaram a funcionar como hospitais.

Publicado por Sandra Carvalho - 01/04/2011 - 00:07  
[Comentários](#) | [Enviar por e-mail](#)

<http://www.24horasnews.com.br/blog/index.php?tipo=ler&cod=4050>

16/03/2011 - 08h41

## Alta Floresta tem 115 notificações de dengue este ano

Só Notícias

O último levantamento da Vigilância Ambiental aponta que 115 notificações foram registradas entre janeiro até o último dia 10. A maioria das notificações foi no Cidade Alta, centro, Jardins Primavera, Panorama, Universitário, Boa Nova e Tropical. No período, foram inspecionados 24,3 mil imóveis pelos agentes de saúde.

Foram identificados focos do mosquito em 2% dos imóveis, sendo em propriedades habitadas e em terrenos baldios. Neste período, segundo o levantamento, o índice de infestação predial fechou em 1,09% (preconizado pelo Ministério da Saúde é de 1%), o que deixa o município em estado de alerta em relação a transmissão da doença. "Ou seja, se aparecer algum morador ou visitante contaminado corre-se o risco de termos uma nova epidemia da doença", aponta o relatório.

Nos trabalhos de combate a doença, continua o desenvolvimento da Força Tarefa para recolhimento de lixos que proporcionam a procriação do mosquito. Até o último dia 10, pelo menos 11,5 toneladas de lixo inorgânico foram recolhidos pela equipe. Nesta semana, os trabalhos continuam nos bairros Vila Nova, Boa Esperança e Jardim Guaraná 1 e 2.

No Estado, foram notificados 3.378 casos, sendo 3 mortes (duas confirmadas e um sob investigação). Em Sinop são 515 notificações; em Cuiabá são 428 casos e, em Várzea Grande são 111 casos.



<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=362186>

**JÚLIO MÜLLER**

## **Setor de endoscopia fechado**

**Caroline Rodrigues**

Da Redação

O setor de endoscopia do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) foi interditado pela Vigilância Sanitária Municipal há 1 semana devido a problemas na desinfecção dos equipamentos utilizados no exame. O espaço também tem equipamentos quebrados há 1 ano, como é o caso do Arco C, utilizado nas cirurgias de retirada de cálculo na vesícula. O setor atende, diariamente, 8 pacientes de Cuiabá e do interior de Mato Grosso que precisaram ser remanejados para os demais hospitais de Cuiabá, conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A Vigilância Sanitária informou, por meio da assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que os fiscais detectaram falhas no uso dos equipamentos de desinfecção. A esterilização realizada pelos técnicos era ineficaz e trazia riscos de contaminação aos pacientes.

A hospital foi notificado e precisa encaminhar um documento no qual vai apresentar um procedimento de limpeza que atenda as exigências. Até a tarde de ontem, a administração não tinha entregue o projeto de solução para o problema.

O presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM), Arlan Azevedo, explica que além dos problemas no setor de endoscopia, o hospital sofre com a carência de recursos. O dinheiro não é suficiente para garantir as melhorias necessárias.

No começo do mês março, o CRM fez uma fiscalização na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Na ocasião, o presidente do CRM constatou a presença de fungos e infiltrações na unidade. Os profissionais também reclamaram da falta de equipamentos reservas, que não permitiam a retirada de materiais em tempo hábil para a



desinfecção.

A precariedade da estrutura, segundo Azevedo, é reflexo da falta de investimento dos governos. Ele argumenta que muitos dos procedimentos, realizados no hospital, são pagos com valor inferior aos custos. Um dos exemplos apresentados foi a bolsa de colostomia, cuja tabela do SUS paga R\$ 8 e apenas o material custa R\$ 13, sem incluir os gastos da estrutura física e de pessoal empregado no procedimento.

**Outro lado** - A diretora de enfermagem do HUJM, Janete Silva Porto, explica que o problema aconteceu devido a mudança da sala de esterilização. Durante a fiscalização, o serviço era realizado em um local improvisado. Agora, o problema encontrado é a distância da nova sala em relação ao local dos procedimentos de endoscopia. Para tornar o projeto de esterilização viável, uma nova sala foi projetada e está em fase de conclusão. A previsão é que na segunda-feira (4) a administração do hospital vai entregar o documento para a Vigilância Sanitária.

Quanto a questão do Arco C, Janete explica que a manutenção do equipamento é cara e o hospital não tem recursos específicos para o serviço. O aparelho já foi levado para arrumar outras vezes e técnicos vão fazer um laudo da situação da máquina esta semana.

O resultado vai permitir fazer um orçamento do valor estimado, que será viabilizado por meio de parcerias. "Vamos procurar a Assembleia Legislativa e as demais autoridades para conseguir o recurso".

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=288131&codcaderno=19&GED=7055&GEDDA=2011-04-01&UGID=6309fd7e7a587cb6c00b16cbe93f5d93>

**STF**

## **Pedido de vista adia julgamento**

**Amanda Alves**

Da Redação

A discussão sobre a legalidade de governos contratarem Organizações Sociais (OS) para gerir serviços públicos não



# Saúde em Foco



foi finalizada ontem no Supremo Tribunal Federal (STF). Um pedido de vistas adiou o julgamento. O ministro Ayres Britto, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre contratação de Organizações Sociais (OS) para gerenciamento de serviços públicos, foi o único a votar e considerou inconstitucional artigos da Lei 9.637/98, que permite as contratações. Ele considerou uma "aberração" jurídica o direito do Estado abdicar de suas obrigações.

O governo de Mato Grosso aguarda este julgamento. Se a lei for considerada inconstitucional, o processo aberto para escolha da nova empresa que irá gerir o Hospital Metropolitano de Várzea Grande terá que ser suspenso.

No voto, o relator disse que "o problema não está no repasse a entes particulares de contratações e compras", mas "a verdadeira questão é que ele, o Estado, ficou autorizado a abdicar da prestação de serviços, o que não pode ser admitir".

A ADI foi proposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1998. À época, o STF negou medida cautelar e de lá para cá, vários estados passaram a adotar OS"s para gerir serviços. A ADI alega a inconstitucionalidade das OS"s na prestação de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Questionam ainda trecho da Lei nº 8.666 de 1993, que admite a celebração de contratos de prestação de serviços com OS"s, sem a exigência de licitação.

O ministro declarou parcialmente inconstitucional os pedidos de impugnação dos partidos políticos. Em ressalva, disse que as OS"s, hoje em funcionamento, visto que a lei que a regulamenta é de 12 anos atrás, devem continuar prestando serviços até vencimento do contrato. O ministro Luiz Fux pediu vista.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=288133&codcaderno=19&GED=7055&GEDDA=2011-04-01&UGID=4569df48f3aacfbffd103b815b8de497>



## Henry insiste em terceirização de hospitais e tenta convencer prefeitos

31/03/2011 - 16h26



### Da Redação

Depois de iniciar o processo de instalação do novo modelo de gestão da Pasta da Saúde do Estado, na assistência médico-hospitalar, de parceria com as chamadas Organizações Sociais de Saúde, o secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry vem recebendo visitas em seu gabinete de prefeitos das macrorregiões e microrregiões de Saúde do Estado.

A visita dos prefeitos tem como objetivo conhecer a nova modalidade de gestão de Saúde, que pretende dar resolutividade às ações de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e acima de tudo melhorar o acesso dos usuários ao sistema.

O médico e prefeito de Rosário Oeste, Joemil de Araújo trouxe uma equipe técnica e membros gestores do Hospital Associação Municipal de Proteção de Rosário Oeste, chamado de Hospital Amparo, objetivando se inteirar do assunto. Segundo o prefeito, o hospital que atende a população do seu município é referência para a microrregião do Médio Norte do Estado. O hospital atende uma população estimada de 47 mil habitantes, com abrangência aos municípios de Jangada, Acorizal e Nobres, bem como as cidades localizadas no entroncamento dos municípios do Médio Norte.

Para o prefeito Joemil de Araújo, o hospital nesse modelo atual onera em muito o seu município. De acordo com ele, os serviços da assistência médico-hospitalar acabam por retirar dinheiro das ações da Atenção Básica que somam a importância de R\$ 40 mil por mês para pagar os custos, “com o que não concordo, por ser a Atenção Básica a saúde preventiva e prioridade da Gestão Municipal”, disse.

Joemil salienta que vai dar início às discussões no município, com chamamento para Audiência Pública com os segmentos da sociedade como, Conselho Municipal de Saúde, Câmara de Vereadores. “Vamos discutir a possibilidade de também estabelecermos parceria com Organização Social de Saúde, daí teremos os serviços ampliados para a Alta Complexidade, afirma. Hoje atendemos a baixa e média complexidade, e temos muitos acidentes nas rodovias, onde as vítimas necessitam de um atendimento de maior complexidade. Por outro lado, também a nossa população poderá ser atendida na nossa região evitando assim deslocamentos para a Capital”, disse o prefeito.

A presidente do Hospital Amparo, Inês de Fátima Cerrutto disse que o hospital tem um compromisso social a ser desempenhado e que hoje está comprometido, por faltar meios que o faça evoluir, tanto na adoção de infraestrutura necessária como aquisição de equipamentos mais avançados devido o alto custo da manutenção. “Se é possível



# Saúde em Foco



implantar este novo modelo que já deu certo em tantos outros municípios do País, porque não aqui? Vamos continuar com a nossa missão de atender ao Sistema Único de Saúde, porém com mais condições e perspectivas de crescimento principalmente no quesito da acessibilidade ampliada. A população de Rosário Oeste e municípios abrangentes querem mudança e vamos proporcionar isso a ela”, disse Fátima Cerruto.

O prefeito de Pontes e Lacerda, Newton Miotto, outro que tomou conhecimento da nova proposta de Saúde, disse que já vem trabalhando com suas equipes desde a última visita do secretário Pedro Henry em seu município, no dia 14 de janeiro, quando promoveu a primeira discussão já ampliada com a sociedade e dirigentes da unidade de saúde Santa Casa, no sentido de buscar solução aos problemas que a entidade sofre de infraestrutura e falta de linhas de financiamento.

A intenção do prefeito é a de transformar a Santa Casa autossuficiente nos serviços da média complexidade para depois partir para implantação da alta complexidade. “Com as mudanças e a parceria com Organização Social de Saúde, com certeza o nosso município se concretizará como mais um polo de referência em Saúde da Região Oeste. Já avançamos nas discussões e estamos quase na fase final dos trabalhos. Acreditamos nesse novo modelo”, afirmou o prefeito.

A prefeita de Alta Floresta, Izaura Dias Alfonso disse que já avançou nas discussões em seu município e acredita na parceria das Organizações Sociais de Saúde como sendo um caminho para a administração hospitalar. “Trata-se de um modelo de Gestão que vai melhorar os serviços da assistência médico-hospitalar. Um item de trabalho da rede SUS que impacta no orçamento das Secretarias Municipais de Saúde. Não é fácil manter um hospital aberto e quando se abre uma unidade hospitalar ela necessita acompanhar a tecnologia e ter uma infraestrutura adequada”, disse.

A prefeita acrescentou que a população do seu município cresceu, mas a Saúde tem que avançar. “Vamos estadualizar o Hospital Municipal. O nosso projeto é para a população. Temos que ter leitos de UTIs, implantar a alta complexidade. Com o novo modelo de gestão de Saúde vamos desamarrar o setor e avançar. Atendemos seis municípios a contar de Alta Floresta, como Carlinda, Paranaíta, Nova Brasilândia, Nova Monte Verde, Apiacás e ainda 120 famílias moradores ao Sul do Pará, na divisa com Mato Grosso. Então, temos grandes responsabilidades por sermos a referência em serviços de saúde. O que não dá mais é ver a população desassistida e ter que encaminhá-las para a Capital por falta de serviços mais qualificados. É um passo importante que vamos dar”, enfatizou a prefeita Izaura Dias Alfonso.

O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry vem dizendo às dezenas de prefeitos que o procura para se informarem acerca do assunto. Henry afirma não ter dúvidas que promover parcerias é uma forma de avançar nas ações e serviços da rede SUS. Para ele, a parceria com as organizações Sociais de Saúde vai resolver o grande gargalo da assistência médico-hospitalar, que é a falta de acesso do cidadão ao SUS e aos serviços



de acompanhamento tecnológico. “O que estamos propondo é um projeto piloto de parceria para gerenciar um hospital que há anos está fechado, o Metropolitano de Várzea Grande. Ele servirá aos usuários do SUS nos serviços de cirurgias gerais, traumatologia e ortopedia. O que queremos é melhorar o atendimento das urgências e emergências ao mesmo tempo em que estaremos promovendo o descongestionamento dos prontos socorros municipais de Cuiabá e Várzea Grande. Com o modelo piloto dando certo vamos estender as outras unidades de Saúde do Estado”, assinalou o secretário.

Pedro Henry já visitou diversas regiões de Mato Grosso levando a nova proposta do Governo do Estado, do novo modelo de gestão, ao mesmo tempo em que trabalha em outras frentes de serviços com forças tarefas na gestão de medicamentos, na organização da Rede de Serviços do SUS do Estado, na edição de um novo protocolo clínico de diretrizes terapêuticas de medicamentos, nas ações no enfrentamento da dengue, na abertura de diálogo com os municípios para que se promova estudos e necessidades de serviços laboratoriais, na construção de novos programas e serviços e melhoramento dos já instalados.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=358738>

Saúde - 01/04/2011 | 08h07m

## **Brasil produzirá medicamento contra rejeição de transplantes de rins**

Fiocruz produzirá ainda neste ano 9 milhões de comprimidos de Micofenolato de Mofetila. Custo será reduzido de R\$ 1,87 para R\$ 1,67 por unidade.

AFiocruz (Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde) assinou um acordo com a multinacional Roche que permitirá ao Brasil produzir o medicamento Micofenolato de Mofetila, indicado contra a rejeição de órgãos transplantados, principalmente rins. Ainda em 2011, a Fundação fornecerá 9 milhões de comprimidos ao Sistema Único de Saúde (SUS). A parceria com a Roche também prevê intercâmbio científico para o desenvolvimento de novos tratamentos e transferência de tecnologia para a produção de medicamentos contra câncer, doenças neurológicas e virais.

O acordo levará a uma redução do preço praticado com o Ministério da Saúde (MS) durante o período de transferência de tecnologia (o valor passará de R\$ 1,87 para R\$ 1,67) e também propiciará o domínio de todas as fases do processo, incluindo a produção do insumo farmacêutico ativo (IFA). Com a incorporação do todo o processo de produção do medicamento, a estimativa é que o gasto anual do governo diminua nos próximos anos. A partir de 2012, a produção da Fiocruz atingirá 20 milhões de unidades por ano.



# Saúde em Foco



O presidente mundial da Roche, Severin Schwan, e o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, participaram da assinatura, na sede da Fiocruz, no Rio de Janeiro. Para o presidente da Fiocruz, o acordo com a multinacional permitirá aumentar a sustentabilidade do SUS e é mais um avanço no fortalecimento da política nacional de pesquisa e desenvolvimento (P&D), além de abrir oportunidade para outras parcerias.

“Essa capacidade de diálogo e intercâmbio tecnológico e científico é fundamental para o país, trazendo benefícios para a população”. Gadelha lembrou que o projeto contribui para reduzir o déficit comercial brasileiro na área da saúde, e que a Fundação e o Brasil ganham ao firmar parcerias que tenham como contrapartida o investimento em ciência e tecnologia. “Estamos garantindo o acesso a medicamentos”, complementou.

Segundo o diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz), Hayne Felipe, o acordo possibilita à instituição incorporar novas tecnologias e aumenta sua autonomia.

O presidente mundial da Roche, Severin Schawn, afirmou que espera desenvolver uma cooperação de longo prazo com a Fundação e o país. “É uma oportunidade para inovar e crescermos juntos. Por isso não penso em termos de meses ou em projetos de curto prazo. O Brasil é cada vez mais importante no mundo, e a Roche, que está aqui há 80 anos, quer ficar pelo menos mais 80”.

O número de transplantes realizados no país apresenta crescimento sustentado nos últimos anos. Enquanto em 2003 foram realizados 12.722 procedimentos, em 2009 o Brasil contabilizou 20.253 cirurgias desse tipo – um aumento de 59,2%. Só no primeiro semestre de 2010, o número de transplantes de órgãos sólidos (coração, fígado, rim, pâncreas e pulmão) chegou a 2.367. A quantidade é 16,4% maior que o número de procedimentos realizados no mesmo período de 2009 (2.033 transplantes).

A Roche é uma empresa suíça e ocupa a sétima posição no ranking das maiores empresas farmacêuticas em âmbito mundial, com um faturamento de 49,1 bilhões de francos suíços (US\$ 50,7 bilhões) e investimento em pesquisa e desenvolvimento de 9,9 bilhões de francos suíços (US\$ 10,3 bilhões), em 2009. A multinacional atua nas áreas de medicamentos e diagnósticos, com foco em oncologia, infecções virais, disfunções dos sistemas metabólico e nervoso central e doenças inflamatórias. Em 2009, com a aquisição da Genentech, empresa líder em biotecnologia, por US\$ 46,8 bilhões, a Roche assumiu também a liderança no setor de oncologia.



<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=317814>

Cidades/Geral - 31/03/2011 | 19h43m

## Sapezal recebe proposta de Oscip com presumíveis irregularidades

A prefeitura do município de Sapezal recebeu a oferta de serviços e implantação de uma unidade da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), denominada de Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários da Amazônia (CBVA). Diante desse possível emprego de atribuições legalmente cabíveis ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, o diretor operacional da instituição, coronel Júlio Rodrigues apurou os fatos e determinou ao Comando Regional 6, em Tangará da Serra que oriente o município quanto a presumível ilegalidade de atuação da Oscip.

O major José Barbosa reuniu-se com o prefeito de Sapezal, César Maggi, que tinha conhecimento do assunto, para melhor esclarecer sobre a possível ilegalidade da Oscip e das atribuições do Corpo de Bombeiros Militar. No próximo mês deverá ser realizada audiência pública no município, marcada pela Assembleia Legislativa, para tratar da implantação de uma unidade do CBM na cidade.

O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso solicitou no ano de 2009, em caráter cautelar, providências do Ministério Público Estadual no sentido de estabelecer diretrizes para o registro público de entidades associativas de bombeiros voluntários, especialmente quando constar de seus estatutos, como razão social, conexa ou não a outros termos, à marca oficial "Corpo de Bombeiros", como é o caso da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) denominada de Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários da Amazônia (CBVA).

A CBVA foi instituída sem fins lucrativos, de direito privado, com patrimônio próprio, não podendo executar serviço público de competência do Estado. Mas sim, auxiliar os órgãos estatais e sob a supervisão e fiscalização destes.

Nas providências solicitadas ao MPE, o Corpo de Bombeiros Militar pede a regularidade da Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários da Amazônia para a entidade civil executar serviços de prevenção, combate a incêndios, busca e salvamentos ou quaisquer outras missões legal ou constitucionalmente estabelecidas ao Corpo de Bombeiros Militar.



Tramita na 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública uma ação de nulidade do ato jurídico com pedido de cancelamento de registro público movida pelo Estado de Mato Grosso por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), e uma Ação Civil de Dissolução na Vara Especializada com Ação Civil Pública e Ação Popular movida pelo Ministério Público Estadual em desfavor da CBVA.

De acordo com a fundamentação do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são órgãos estaduais responsáveis pela segurança pública, que, nos termos do artigo 144 da Constituição Federal, e reforçada pela Constituição Estadual, é exercida para a preservação da ordem pública e segurança das pessoas e do patrimônio, cabendo aos bombeiros, ainda, a execução de atividades de defesa civil.

Com efeito, a utilização da denominação “Corpo de Bombeiros” por outra entidade que não a oficial do Estado e que se preste a exercer atividades genuinamente concernentes a essa área da segurança pública, sob a direção de particulares e sem qualquer controle ou ingerência direta do Poder Executivo, resulta numa violação das Constituições e é considerada ilegal.

De acordo com o corregedor adjunto do Corpo de Bombeiros Militar, tenente-coronel Lázaro Leandro Nunes, a ilegalidade está em razão do desvio de finalidade cometido pela CBVA. “Tratando-se de uma OSCIP, é preocupante que conste nos estatutos da referida atribuições típicas de um órgão de segurança pública, bastante diferentes das finalidades que a lei autorizou”, argumentou.

“O Corpo de Bombeiros Militar não é contrário à associação de pessoas voluntárias, de bombeiros civis, ou outras organizações imbuídas de sentimentos de solidariedade e altruísmo que venham somar com a defesa da sociedade”, completou o corregedor adjunto.

Fonte: Assessoria Bombeiros

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=317791>

**AEDES AEGYPTI**

## Saúde mantém alerta sobre tipo 4

Da Reportagem

Mato Grosso se mantém em alerta para a possibilidade da entrada do sorotipo 4 da dengue, nova sorologia que já fez vítimas em outras 10 unidades da federação, como Rio de Janeiro e Rondônia. No Estado ainda não se tem a



notificação de nenhum caso do novo vírus, mas o aviso de monitoramento foi estendido aos 141 municípios mato-grossenses.

“Estamos trabalhando com maior rigor no controle viral e até o momento pelas análises feitas, não presenciamos o tipo 4 no Estado. São com os resultados dessas análises que se faz o trabalho de capacitação, visita e aquisição de insumos”, informou Cláudia Pedroso de Oliveira Nazário, técnica da Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde (SES). “As capacitações estão sendo feitas para que o profissional esteja preparado para fazer o diagnóstico precoce”, acrescentou.

Ontem, a SES divulgou os dados sobre os casos da doença registrados no período de primeiro de janeiro a 31 de março. No Estado, já são 4.383 notificações, sendo 17 considerados graves e três óbitos (dois confirmados e um em investigação). No mesmo período do ano passado, Mato Grosso contabilizava 33.926 casos.

Em Cuiabá, constam 591 notificações e sete de casos graves. Porém, apenas um paciente grave é residente da Capital. Os outros cinco são de Tangará da Serra, Nova Brasilândia, Alto Paraguai, Guarantã do Norte e General Carneiro. Um dos casos é de Manaus (AM).

O município de Sinop (503 quilômetros da Capital, ao norte) é o que conta com maior número de casos: 684. Em Várzea Grande, são contabilizados 113 casos da doença. As mortes ocorreram em General Carneiro, Pedra Preta e São José do Rio Claro. (Com assessoria)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=390588>

## Saúde

Sexta, 01 de abril de 2011, 08h00

[Ato insano](#)

# Governo fecha hospital e pacientes morrem em acidente na rodovia



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social



População enfrenta tráfego em rodovias em busca de saúde pública enquanto hospital é fechado pelo próprio governo

## ***Governo comprou hospital em Guiratinga sob a promessa de reformar, mas acabou fechando***

**Sandra Carvalho**

A população de Guiratinga, 324 km de Cuiabá, está revoltada com o governo do estado por ter fechado um hospital que funcionava no município e era mantido por uma instituição filantrópica. A situação impõe aos pacientes se deslocarem do município para tratamento em outras cidades. Na segunda-feira passada, três pessoas que estavam numa Toyota Pick-up morreram quando o veículo se chocou com um ônibus da Secretaria de Saúde de Guiratinga lotado de pacientes. Um paciente também morreu e vários ficaram feridos. A cena dramática provocou momentos de pânico. A indignação das pessoas é que se o Hospital Santa Maria Bertilla não tivesse sido fechado após ter sido comprado pelo Governo do Estado, essas pessoas não precisariam se deslocar em busca de assistência médica e se arriscar nas estradas.



A revolta dos moradores de Guiratinga tem data e personagens certos. Em 2005 o Governo do Estado comprou o Hospital Santa Maria Bertila com a promessa de reativa-lo já que a Missão Salesiano estava enfrentando dificuldades para administra-lo.

Na compra do hospital, o Governo do Estado pagou R\$ 500 mil. Outros R\$ 200 mil foram aplicados na aquisição dos equipamentos (entre eles, o de raio-x). Um convênio assinado pelo governador Blairo Maggi e pelo prefeito Hélio Goulart, no valor de R\$ 200 mil, permitiria a execução de obras de reforma do pavilhão do hospital e a implantação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps). Hoje, o prédio (cujo tamanho se assemelha ao pronto socorro de Cuiabá) serve apenas para o Caps e a sede da Secretaria de Saúde do município. O restante das dependências está fechado há anos. Leitos, colchões e até objetos em condições de uso estão empoeirados e jogados pelo chão.

Na solenidade de assinatura do convênio para compra do hospital, o então governador Blairo Maggi disse que "o momento é de reconstrução". Ele se referia ao fato de o Município ter sido, entre o fim de década de 70 e o começo da década de 80, uma referência justamente no setor de Saúde. E citou o próprio Hospital Santa Maria Bertila como exemplo dessa referência para a Região Sul de Mato Grosso, uma vez que atendia casos de moradores de Rondonópolis (a 110 km de Guiratinga), que hoje já conta com um Hospital Regional. Maggi ainda disse que essa aquisição fazia parte da estratégia do seu governo de compra de hospitais privados. Fez com o Santa Maria Bertilla o que fez com o Hospital Modelo e o São Tomé, em Cuiabá, que nunca mais voltaram a funcionar como hospitais.

[Blog Sandra Carvalho](#)

<http://www.plantaonews.com.br/conteudo/show/secao/43/materia/30496>

Notícias / **Ciência & Saúde**

31/03/2011 - 16:05

## **ALL entrega ambulância para a Secretaria de Saúde de Itiquira nesta sexta-feira**

*Da Assessoria*

Com a chegada da Ferrovia Vicente Vuolo no município de Itiquira, a ALL - América Latina Logística aumenta a demanda em todos os setores da cidade, inclusive o da saúde. Para auxiliar e não comprometer a eficiência desse setor, a companhia fará a doação ao município, nesta sexta-feira (01.04), de uma ambulância zero quilômetro, modelo S10-Blazer 4x4, branca. A entrega será às 16h, em frente ao Hospital Municipal Osnir Bortolini, em Itiquira.



O investimento de R\$ 40 milhões no futuro terminal de Itiquira irá gerar em torno de 210 empregos, abrangendo a manutenção da via férrea, funcionamento do terminal, operadores e maquinistas. Com a chegada dos colaboradores responsáveis pela construção da ferrovia, a demanda na área de saúde pode aumentar, logo faz-se necessária a parceria, para que a Secretaria de Saúde mantenha seu ritmo e garanta o rápido atendimento à população local.

Além da doação da ambulância e a contratação de profissional da saúde, a ALL desenvolve campanhas contra a Dengue no município, orientando alunos de todas as escolas localizadas no setor urbano com palestras e panfletagem. Também, já foram doados mais de 400 kg de alimentos à Creche Municipal Branca de Neve, e com a ajuda, a creche complementou a merenda oferecida pela rede municipal de educação, a fim de proporcionar melhor rendimento educacional e qualidade de vida, por meio da alimentação dos estudantes.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=ALL\\_entrega\\_ambulancia\\_para\\_a\\_Secretaria\\_de\\_Saude\\_de\\_Itiquira\\_nesta\\_sexta-feira&edt=34&id=168260](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=ALL_entrega_ambulancia_para_a_Secretaria_de_Saude_de_Itiquira_nesta_sexta-feira&edt=34&id=168260)

## COTIDIANO / CAOS NA SAÚDE PÚBLICA

31.03.11 | 19h58 - Atualizado em 31.03.11 | 19h59

### **Médicos da Baixada Cuiabá aderem à greve do interior**

**Categoria protesta contra novo modelo de gestão. que inviabilizaria pauta de reivindicações**

MidiaNews





Ednaldo Lemos, do Sindimed: contratação de organização social inviabiliza trabalho dos médicos

ANTONIELLE COSTA  
DA REDAÇÃO

Médicos da Baixada Cuiabana aderem, na próxima segunda-feira (4), à paralisação da categoria, que teve início no último dia 10, em protesto ao novo modelo de gestão da administração dos hospitais, que será implantado pelo Governo do Estado, nos próximos dias.

Os serviços passarão a ser executados por organizações sociais. A mudança foi aprovada pela Assembleia Legislativa e aguarda sanção do governador Silval Barbosa (PMDB).

Com a adesão, os profissionais efetivos do Estado que prestam serviços no Centro de Reabilitação Dom Aquino, Adalto Botelho e Centro de Especialidades Médicas (Cermac) cruzarão os braços.

Também participaram do movimento grevista os servidores cedidos ao Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá e Várzea Grande, Hospital Geral Universitário e Hospital Júlio Muller.

Ao **MidiaNews**, o presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed), Ednaldo Lemos, explicou que a contratação das OS's inviabiliza o atendimento da pauta de reivindicações da categoria, que, segundo ele, foi entregue ao governador, no ano passado.

Dentre as exigências estão: melhores condições de trabalho, regularização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e concurso público.

"Somos contra as organizações sociais, por entendermos que irá prejudicar o atendimento de nossas reivindicações. Com o novo modelo, o PCCS e o concurso público não serão realizados, indo de encontro a tudo que vínhamos conversando até o momento", afirmou Lemos.

Ele observou que, no ano passado, o governador havia prometido um concurso público específico para área de Saúde de 2011, em virtude de ter ficado fora do "megaconcurso, realizado para 10 mil vagas.

"Na época em que foi anunciado o concurso, deixamos de recorrer à Justiça, em função de um compromisso de que tínhamos um exame específico, para a categoria da Saúde, neste ano. Aí, vem a contratação da OS, que inviabilizada tudo", disse o sindicalista.



## **Intensificação do movimento**

Segundo o presidente do Sindmed, o indicativo de greve aprovado no início deste mês foi para que toda categoria cruzasse os braços. No entanto, inicialmente, apenas os profissionais do Interior do Estado haviam paralisado as atividades.

Sem avanço nas negociações com o Governo, a categoria decidiu intensificar o movimento. Segundo Edinaldo, serão mantidos os atendimentos de urgência e emergência em 100% e os ambulatoriais em 30%, como vem sendo feito no interior.

## **Outro lado**

Por meio da assessoria de imprensa, o secretário de Saúde Pedro Henry (PP), informou que deu encaminhamento às reivindicações da categoria.

Ele disse que já determinou a realização de um estudo técnico para regularizar a questão que envolve o SAMU. Sobre o PCCS, informou que vem sendo discutida a possibilidade de que seja integrado ao plano dos demais servidores públicos.

Quanto a concurso público, o secretário afirmou que as discussões cabem ao governador do Estado.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=3&idnot=46343>